

Lyra volta a propor capitalização

BRASILIA, 10 DE ABRIL 1983

RIO AGÊNCIA ESTADO

O Brasil só saldará sua dívida externa se suspender, pelo prazo de cinco anos, o pagamento dos juros aos seus credores, utilizando esses recursos no financiamento do desenvolvimento interno do País, já que o Produto Interno Bruto (PIB) terá de crescer 7% ao ano. A proposta foi defendida ontem, no Rio, pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lyra, acrescentando que os juros não pagos no período de cinco anos deverão ser capitalizados e lançados na dívida total, cujo pagamento se processará no prazo de 20 anos com cinco de carência. Segundo acrescentou, o Brasil não conseguirá executar um programa de desenvolvimento econômico aliado a uma rígida política de controle monetário se continuar atrelado às regras externas ditadas pelos Estados Unidos através do "clube dos cinco" (maiores países desenvolvidos). "O que se está propondo no momento, em termos de recuperação interna, é um pacto para patos e não social, na medida em que está sendo oferecida aos trabalhadores mais redução na sua já reduzida renda real", afirmou Paulo Lyra.

Na opinião do ex-presidente do Banco Central, o pedido de suspensão do pagamento da dívida pelo prazo de cinco anos só terá efeito após sua liquidação dentro de 25 anos, se as taxas de juros internacionais se mantiverem na média de 10% ao ano e sofrerem oscilações de no máximo até 5%, tanto para cima como para baixo, caso contrário será preciso outra renegociação em novas bases.

Ao justificar sua proposta, Paulo

Lyra afirmou que o Brasil, como devedor soberano, tem a decisão de alterar a forma de pagamento dos juros da dívida, bastando para tal, defender junto aos credores sua decisão de colocar em prática um programa de desenvolvimento não submetido às situações estabelecidas pelo sistema financeiro internacional. "Os Estados Unidos não podem fazer tudo que querem com relação aos países devedores, mas podem ter o poder de veto junto aos demais membros do grupo dos cinco (Inglaterra, França, Alemanha e Japão)", afirmou o ex-presidente do Banco Central.

Na sua proposta de renegociação da dívida brasileira, Paulo Lyra excluiu as operações realizadas com o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os créditos comerciais e as efetuadas com bônus do Tesouro Nacional.

Paulo Lyra defendeu sua proposta durante o 1º Encontro de Conjuntura promovido pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio, quando foi debatido o tema "Retomada das Negociações da Dívida Externa", com a participação da Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças". Segundo explicou, na hora em que o Brasil acabar com empréstimos em moeda estrangeira para pagamento do serviço e amortização da dívida externa, conseguirá gerar uma massa de recursos para o Banco Central que mudará todo o comportamento atual da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (depósitos nos bancos comerciais mais dinheiro em poder do público), além de "criar choques de expectativas positivas que viabilizam um pacto social válido".